

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 029, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Cria adicional de função a ser pago ao servidor que for designado para desempenhar a função de Gestor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º É criado o adicional de função a ser pago ao servidor que for designado para desempenhar a função de Gestor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

§1º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado.

§2º O valor estabelecido para o adicional de função é de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do padrão do servidor para desempenhar a função.

§3º A qualquer tempo e a juízo da Administração Municipal o adicional poderá ser cessado.

Art. 2º O adicional de que trata esta Lei não incorporará ao vencimento do servidor e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

Art. 3º A prestação do serviço sob o regime de que trata essa Lei é incompatível com a percepção de adicional de horas extras.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 427 – Crédito Orçamentário; Órgão: 07 – Secretaria de Assistência Social e Trabalho; Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria de Assistência Social e Trabalho; Funcional: 041220002 – Administração; Projeto/Atividade: 2068000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

Art. 5º A presente lei terá vigência até 31/12/2015, com efeitos retroativos até 01/03/2015.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 06 de março de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

ROGERIO DIAS PEREIRA
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 029, de 06 de março de 2015, que: *“Cria adicional de função a ser pago ao servidor que for designado para desempenhar a função de Gestor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, e dá outras providências.”*

O presente projeto de Lei visa Criar um adicional de função a ser pago ao servidor que for designado para desempenhar a função de Gestor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

O Gestor do Cadastro Único e do Bolsa Família é a pessoa que faz a articulação entre as áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e outras, de modo a viabilizar a gestão de programa, sendo o principal interlocutor do governo Estadual e Federal acerca deste assunto.

Assim, o servidor designado para esta função também desenvolverá ações que visam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do programa. Para a consolidação dessa estratégia de inclusão social as ações precisam ser articuladas e integradas pelas três esferas de governo e pela sociedade civil, conforme a legislação e praticas vigentes.

Por fim, cumpre salientar que este adicional já havia sido criado através da Lei Municipal nº 4.006, de 27 de novembro de 2013, a qual teve vigência de um ano. Ressalta-se ainda que a proposta desta projeto de lei terá vigência até 31/12/2015, assim, somados a vigência da lei anterior, o prazo continuará sendo inferior a dois anos, atendendo ao que dispõe o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal